## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE REQUERIMENTO Nº , DE DE 2025

(Do Senhor Marcos Tavares)

Requer a realização de Mesa Redonda a ser promovida na Câmara Municipal de Duque de Caxias, com o objetivo de compreender as razões da falta de abastecimento de água no Estado do Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense e no município de Duque de Caxias, bem como avaliar a aplicação dos recursos públicos e privados destinados ao setor de saneamento básico, que superam a marca de R\$ 4,7 bilhões em investimentos contratados na região.

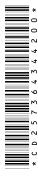
Sr. Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso III, art. 32, inciso XI, e dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro, a realização de Mesa Redonda a ser promovida na Câmara Municipal de Duque de Caxias, com o objetivo de compreender as razões da falta de abastecimento de água no Estado do Rio de Janeiro, especialmente na Baixada Fluminense e no município de Duque de Caxias, bem como avaliar a aplicação dos recursos públicos e privados destinados ao setor de saneamento básico, que superam a marca de R\$ 4,7 bilhões em investimentos contratados na região.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





## **JUSTIFICAÇÃO**

A realização de Mesa Redonda na Câmara Municipal de Duque de Caxias, no âmbito desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), justifica-se pela necessidade de promover um debate técnico, transparente e participativo sobre a grave crise no abastecimento de água que afeta o Estado do Rio de Janeiro, especialmente a região da Baixada Fluminense e o município de Duque de Caxias.

O acesso à água potável é um direito humano fundamental, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), essencial à realização de outros direitos, como a saúde, a dignidade e o desenvolvimento social. No entanto, a realidade da Baixada Fluminense revela um cenário de exclusão hídrica e ineficiência na gestão dos recursos públicos destinados ao setor de saneamento.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2023):

- Apenas 82,7% da população do Estado do Rio de Janeiro possui atendimento de água potável, enquanto a média nacional é de 84,1%.
- A perda média de água no sistema de distribuição do Estado é de 42,5%, superior à média nacional de 40%, representando um desperdício estimado em 1,2 bilhão de metros cúbicos de água por ano.
- A região da Baixada Fluminense, onde está inserido Duque de Caxias, apresenta alguns dos piores indicadores de atendimento, com bairros enfrentando racionamento crônico, mesmo em áreas formalmente abastecidas.

Especificamente no município de Duque de Caxias, com uma população estimada de 924 mil habitantes (IBGE, 2023), cerca de 35% da população sofre com intermitência ou ausência de abastecimento, conforme apontado pelo Instituto Trata Brasil no Ranking do Saneamento 2023.

Apesar da magnitude do problema, o fluxo de recursos públicos e privados para o setor de saneamento na região é expressivo:







## CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

➢ O leilão de concessão da CEDAE, realizado em 2021, movimentou aproximadamente R\$ 22,7 bilhões em outorgas pagas pelas empresas vencedoras. O Bloco 4, que inclui a concessão dos serviços em Duque de Caxias e parte da Baixada Fluminense, foi arrematado pela empresa Águas do Rio, do grupo Aegea, com um compromisso de investimentos de R\$ 4,7 bilhões em até 12 anos para obras de ampliação da rede de abastecimento e tratamento de esgoto (BNDES, 2021).

Contudo, mesmo após o início da concessão, as reclamações da população persistem, com denúncias de:

- Falta de água constante, especialmente em comunidades periféricas;
- Atrasos nas obras previstas nos contratos;
- Dúvidas quanto ao monitoramento efetivo dos investimentos e à atuação das agências reguladoras responsáveis pela fiscalização do contrato.

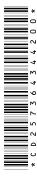
Além disso, a crise hídrica é intensificada por problemas estruturais, como:

- A poluição dos mananciais, com mais de 70% dos cursos d'água da Baixada Fluminense classificados como de qualidade ruim ou péssima (Relatório de Qualidade da Água – INEA, 2023);
- Déficit de infraestrutura, com redes antigas e mal conservadas, agravando as perdas físicas e interrupções no fornecimento.

Diante deste quadro, impõe-se a necessidade de apurar, com rigor técnico e responsabilidade institucional:

- O destino e aplicação dos recursos financeiros provenientes da concessão e das políticas públicas federais, estaduais e municipais para o setor de saneamento;
- 2. A efetividade e o cumprimento das metas contratuais assumidas pela concessionária;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

 A atuação dos órgãos de fiscalização e regulação, em especial o papel da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA).

O debate proposto permitirá que representantes do poder público, das empresas concessionárias, da sociedade civil organizada e de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, prestem esclarecimentos à população, identifiquem entraves e proponham soluções estruturantes para a superação do déficit hídrico que penaliza a região.

Por fim, destaca-se que o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) estabelecem a universalização do acesso à água e ao esgotamento sanitário até 2033, com investimentos estimados em R\$ 700 bilhões em todo o país, dos quais parcela significativa deve ser aplicada em regiões historicamente negligenciadas, como a Baixada Fluminense.

Assim, a realização da Mesa Redonda configura-se como ação necessária e urgente, alinhada ao papel desta Comissão, garantindo a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, a transparência na gestão, e, sobretudo, a efetividade dos direitos fundamentais da população.

Sala das Sessões, em de de 2025.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

